

No. 38774

**Brazil
and
Portugal**

Brazil-Portugal Agreement for visas in common passports. Lisbon, 9 August 1960

Entry into force: 9 August 1960, in accordance with its provisions

Authentic text: Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 1 August 2002

**Brésil
et
Portugal**

Accord Brésil-Portugal relatif aux visas sur les passports communs. Lisbonne, 9 août 1960

Entrée en vigueur : 9 août 1960, conformément à ses dispositions

Texte authentique : portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 1er août 2002

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

I

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Lisboa, em 9 de agosto de 1960.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me aos entendimentos e conversações ultimamente havidos no Rio de Janeiro, entre os representantes diplomáticos dos Governos brasileiro e português, tendo em vista a conclusão de um Acordo sobre vistos em passaportes comuns, recomendada pela Comissão Mista Brasil-Portugal, na sua reunião de Lisboa, em maio último.

2. Entende o Governo brasileiro que, nas conversações mencionadas, houve perfeita consonância de pontos de vista, daí resultando um Acordo consubstanciado nos termos seguintes:

I — Aos cidadãos português, seja qual fôr o país de seu domicílio ou residência, munidos de passaporte válido, expedido pelas autoridades competentes de seu país, que desejem entrar no Brasil para permanência não superior a seis meses, serão concedidos, gratuitamente, pelas autoridades competentes brasileiras, os vistos especificados na lei, com o mínimo possível de demora, nas condições previstas na legislação em vigor.

II — Aos cidadãos brasileiros, seja qual fôr o país de seu domicílio ou residência, munidos de passaporte válido, expedido pelas autoridades competentes de seu país, será permitida a entrada em território português para permanência não superior a seis meses, em viagens de trânsito, negócios ou recreio, sem necessidade de visto consular.

III — Fica mantida a exigência do visto consular, para os cidadãos português e brasileiros que entrem, respectivamente, em território brasileiro e português, para estabelecerem a sua residên-

A Sua Excelência o Senhor Marcello Mathias,
Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa.

cia definitiva ou exercerem qualquer atividade profissional, remunerada ou não.

IV — Os cidadãos de cada um dos Estados, munidos ou não de visto consular, desde que entrem no território do outro país, ficam sujeitos às leis, regulamentos e mais disposições locais relativas a estrangeiros.

V — As autoridades competentes de cada um dos países reservam-se o direito de recusar a entrada ou a estadia, nos respectivos territórios, de pessoas que considerem indesejáveis.

VI — Qualquer dos dois Governos poderá, por motivo de ordem pública, suspender temporariamente a execução do presente Acôrdo, mediante notificação imediata, por via diplomática.

VII — Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicação ou interpretação do presente Acôrdo serão apreciados pela Comissão Mista Brasil-Portugal, criada pela Declaração Conjunta dos Presidentes dos Estados Unidos do Brasil e da República Portuguesa, de 11 de junho de 1957, a qual sugerirá aos Governos das Altas Partes Contratantes as medidas para saná-los.

VIII — O presente Acôrdo poderá ser denunciado a qualquer momento, cessando os seus efeitos três meses após a notificação oficial da denúncia.

3. No caso de o Governo português concordar com o que precede, proponho que a presente nota e a resposta de Vossa Excelência, em termos idênticos, sejam consideradas como constituindo acôrdo entre os nossos dois Governos sobre a matéria, o qual entrara em vigor nesta data.

Aprço veito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

HORÁCIO LAFER

II

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Lisboa, em 9 de agosto de 1960.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar a recepção da nota de Vossa Excelência, datada de hoje, do teor seguinte:

[See Note I -- Voir Note I]

2. Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que o Governo português dá a sua concordância às propostas contidas na nota acima transcrita pelo que a referida nota e esta minha resposta constituem o acordo dos nossos dois Governos sobre a matéria, que entra em vigor nesta data.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros,

MARCELO MATHIAS.

A Sua Excelência o Senhor Horácio Latet,
Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

EMBASSY OF THE UNITED STATES OF BRAZIL

Lisbon, 9 August 1960

Sir,

I have the honour to refer to the understandings reached and conversations held recently in Rio de Janeiro between the diplomatic representatives of the Brazilian and Portuguese Governments with a view to the conclusion of an agreement on visas in ordinary passports as recommended by the Joint Brazil-Portugal Commission at its meeting at Lisbon in May of this year.

2. It is the Brazilian Government's understanding that there was perfect agreement between the points of view expressed during the aforementioned conversations, which resulted in a mutual agreement that reads as follows:

I. Portuguese citizens, whatever their country of domicile or residence, who hold a valid passport issued by the competent authorities of their country and seek to enter Brazil for a period not exceeding six months shall be issued visas for the minimum period of time specified under the law by the competent Brazilian authorities, free of charge, under the conditions established in the legislation currently in force.

II. Brazilian citizens, whatever their country of domicile or residence, who hold a valid passport issued by the competent authorities of their country may enter Portuguese territory for a period not exceeding six months for purposes of transit, business or recreation without the need for a consular visa.

III. The consular visa requirement shall be maintained for Portuguese and Brazilian citizens who enter Brazilian or Portuguese territory, respectively, in order to establish permanent residency or to carry out any remunerated or unremunerated professional activity.

IV. Citizens of either State who enter the territory of the other State, whether or not they hold a consular visa, shall be subject to the laws, regulations and other local restrictions governing foreigners.

V. The competent authorities of either country reserve the right to refuse to allow persons whom they consider undesirable to enter or stay in their respective territories.

VI. Either Government may temporarily suspend the implementation of this Agreement for reasons of public order by issuing immediate notification through the diplomatic channel.

VII. The Joint Brazil-Portugal Commission, established by the Joint Declaration of the President of the United States of Brazil and the President of the Portuguese Republic dated 11 June 1957, shall review any omissions or doubts concerning the application or interpretation of this Agreement and shall suggest measures for resolving them to the Governments of the High Contracting Parties.

VIII. This Agreement may be terminated at any time, in which case it shall cease to have effect three months after the official notification of termination.

3. If the Portuguese Government agrees to the foregoing, I propose that this note and your reply in identical terms shall be deemed to constitute an agreement between our two Governments on this matter, which shall enter into force on today's date.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

HORÁCIO LAFER

H.E. Mr. Marcello Mathias
Minister for Foreign Affairs
Portuguese Republic

II
MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS

OFFICE OF THE MINISTER

Lisbon, 9 August 1960

Sir,

I have the honour to acknowledge receipt of your note of today's date, which reads as follows:

[See Note I]

2. It is my pleasure to inform you that the Portuguese Government agrees to the proposals contained in the note reproduced above. Therefore, the aforementioned note and my reply shall constitute an agreement between our two Governments on this matter, which shall enter into force on today's date.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

MARCELLO MATHIAS
Minister for Foreign Affairs

H. E. Mr. Horácio Lafer
Minister for Foreign Affairs
United States of Brazil

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

AMBASSADE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

Lisbonne, le 9 août 1960

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de me référer aux accords conclus et aux conversations tenues récemment à Rio de Janeiro entre les représentants diplomatiques des Gouvernements brésilien et portugais en vue de la conclusion d'un accord relatif aux visas requis pour les passeports ordinaires, recommandée par la Commission mixte Brésil-Portugal lors de la sa réunion tenue à Lisbonne en mai de cette année.

2. Selon l'interprétation du Gouvernement brésilien, il y a eu accord complet entre les points de vue exprimés au cours des conversations susmentionnées, lesquelles ont abouti un accord réciproque qui se lit ainsi :

I. Quel que soit le pays de leur domicile ou de résidence, les citoyens portugais qui sont titulaires d'un passeport en cours de validité délivré par les autorités compétentes de leur pays et qui désirent se rendre au Brésil pour y effectuer un séjour de six mois au plus, doivent être munis d'un visa pour la période de temps minimale précisée dans la législation par les autorités brésiliennes compétentes, délivré à titre gratuit, dans les conditions établies par les lois applicables.

II. Quel que soit leur pays de domicile ou de résidence, les citoyens brésiliens qui sont titulaires d'un passeport en cours de validité délivré par les autorités compétentes de leur pays pourront entrer sur le territoire portugais pour une période de six mois au plus aux fins de transiter, d'exercer une activité professionnelle ou commerciale ou à des fins de loisir sans qu'un visa consulaire soit exigé.

III. L'obligation de respecter la formalité du visa consulaire est maintenue pour les citoyens portugais et brésiliens qui entrent en territoire brésilien ou portugais respectivement afin d'y établir une résidence permanente ou pour y exercer une activité professionnelle rémunérée ou non.

IV. Les citoyens de l'un ou l'autre pays qui se rendent dans le territoire de l'autre État, qu'ils soient ou non titulaire d'un visa consulaire, sont soumis aux lois, règlements et autres mesures restrictives locales régissant les étrangers.

V. Les autorités compétentes de l'un ou l'autre pays se réservent le droit de refuser aux personnes qu'elles jugent indésirables l'autorisation d'entrer ou de séjourner dans leurs territoires respectifs.

VI. Chaque Gouvernement pourra, pour des raisons d'ordre public, suspendre temporairement l'application du présent Accord en informant immédiatement l'autre Gouvernement en conséquence par la voie diplomatique.

VII. La Commission mixte Brésil-Portugal constituée par la déclaration commune du Président des États-Unis du Brésil et du Président de la République portugaise le 11 juin 1957 examinera les omissions ou doutes relatifs à l'application ou l'interprétation du présent

Accord et suggérera aux Gouvernements des Hautes Parties contractantes des mesures visant à les résoudre.

VIII. Le présent Accord peut être dénoncé à tout moment, auquel cas il cessera d'être en vigueur trois mois après la notification officielle de dénonciation.

3. Si le Gouvernement portugais est d'accord avec ce qui précède, je propose que la présente note et la note en réponse libellée en termes identiques soient considérées comme constituant un accord entre nos deux Gouvernements relatif au sujet en référence, entrant en vigueur à la date de ce jour.

Je saisiss cette occasion, etc.

HORACIO LAFER

Son Excellence
M. Marcello Mathias
Ministre des affaires étrangères
République portugaise

II
MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

CABINET DU MINISTRE

Lisbonne, le 9 août 1960

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre note de ce jour ainsi libellée :

[Voir note I]

J'ai le plaisir de vous informer que le Gouvernement portugais est d'accord avec les propositions contenues dans la note dont le contenu figure ci-dessus. En conséquence, la note ci-dessus mentionnée et ma propre réponse constituent un accord entre nos deux Gouvernements sur le sujet, entrant en vigueur à la date d'aujourd'hui.

Veuillez agréer, etc.

MARCELLO MATHIAS
Ministre des affaires étrangères

Son Excellence
M. Horacio Lafer
Ministre des affaires étrangères
États-Unis du Brésil